

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.482 - SP (2019/0003281-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : LOJAS TANGER LTDA
ADVOGADOS : AGEU LIBONATI JUNIOR - SP144716
LETICIA JORGE BOTELHO - SP253344
AGRAVADO : DANILO PEREIRA ALFONSO
ADVOGADOS : RENATO ROSIN VIDAL - SP269955
KLAUS PHILIPP LODOLI - SP333457

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"APELAÇÃO. Redistribuição pela Resolução OE nº 737/2016 e Portaria nº 02/2017 do TJSP. Produção antecipada de provas. Ação de exibição de documentos. Extinção sem resolução de mérito. Não cabimento. Existência de fato desconhecido a justificar a pretensão meneada. Atendimento, ademais, das premissas do entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.349.453/MS). Adequação do interesse de agir à alça de mira da hipótese processual (atual Código de Formas, art. 381, III). Necessidade de ser retomado o andamento da causa para não se incorrer em supressão de instância. Sentença anulada. RECURSO PROVIDO." (e-STJ, fl. 146)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fl. 158).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 17, 81, 489, §1º, inciso IV, 373, I, 1.013, 1.022 e 1.026, §2º do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, (a) que a oposição de embargos visou dirimir omissão e prequestionar a questão do interesse de agir do autor, de modo que não poderia ter sido aplicada multa por suposta procrastinação no percentual de 3%, considerando o limite legal de 2%, (b) que o agravado não possui interesse de agir pois não comprovou o atendimento das formalidades necessárias ao atendimento de seu pedido pela via administrativa, (c) que

não restou configurada má-fé, pois ocorreu o mero exercício legal do direito de defesa e (d) que o acórdão deixou de apreciar o mérito das contrarrazões da apelação no sentido de que a distribuição da ação era desnecessária.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, nas razões recursais, o agravante apontou violação ao art. 373, I do CPC/15, entretanto, não desenvolveu argumentação que evidenciasse a ofensa, tornando patente a falha de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÚMULA Nº 182/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.RECORRENTE QUE NÃO DEFINE NEM DEMONSTRA EM QUE CONSISTE A OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGOS 496 E 513 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEIS FEDERAIS. SÚMULA Nº 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." (Súmula do STJ, Enunciado nº 182).

2. "É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia." (AgRgAg nº 228.787/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, in DJ 4/9/2000).

3. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento.Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Ao apontar a violação dos artigos 496, inciso I, e 513 do Código de Processo Civil, nas razões do recurso especial, a agravante não define nem demonstra no que consistiu a alegada violação dos dispositivos legais, deixando de explicitar, de forma clara e precisa, a negativa de vigência de lei federal, atraindo a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental improvido."

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no Ag 1292758/MG, Rel. Ministro **HAMILTON CARVALHIDO**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 04/06/2010)

Não se verifica a alegada violação aos arts. 489, inciso II e 1.022 do CPC/15, na medida em que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, inclusive no tocante ao interesse de agir (e-STJ, fl. 148)

De fato, inexistente omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"*(AgRg no Ag 56.745/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12/12/1994).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16/5/2005; REsp 685.168/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2/5/2005.

Com relação à suposta violação ao art. 1.013, §2º do CPC/15, tem-se que este não se encontra contemplado no objeto da controvérsia resolvida pelo Tribunal de origem, tampouco foi objeto dos embargos de declaração opostos às fls. 153/156, não se vislumbrando o prequestionamento necessário para viabilizar a interposição do presente recurso especial.

Daí a inteligência do enunciado da Súmula nº 356 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia, a qual orienta que *"o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE

PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

(...)

3. Agravo regimental desprovido.” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe de 25/11/2014)**

Por fim, com relação a suposta violação ao art. 17 do CPC/15, a Corte de origem concluiu que o interesse de agir estaria comprovado pois restou comprovada a solicitação escrita para exibição de contrato que apoiou a negativação, sendo desnecessário reconhecimento de firma bem como que eventual ausência de recolhimento de tarifas não foi objeto de discussão, *in verbis*:

"De fato, respeitado o siso da ilustre Decididora monocrática, o processo não poderia ter sido abreviado abruptamente. E isto por força de duas essenciais lentes. A primeira delas está vinculada ao Tema 648 firmado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em assento de recursos repetitivos (Recurso Especial nº 1.349.453/MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 02.02.2015), invocada na r. sentença roída, cujo texto assim dispôs: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária.

A leitura dos autos dá conta de que o autor enviou solicitação escrita à ré a fim de que exhibisse o contrato em que se apoiou a negativação (fls. 13/14), fato, aliás, não contrariado em qualquer das linhas da resposta recursal (fls. 129/132), de maneira que o silêncio verificado é bastante a fincar o interesse na coeva contenda.

E nem se diga que a carta deveria estar com firma reconhecida (condição que não integra o Tema 648) ou que inexistiu prova do recolhimento das respectivas tarifas, porquanto esta exigência, menor, em verdade, também não foi objetada pela ré." (e-STJ, fls. 148/150)

Os fundamentos de que não houve discussão acerca do pagamento de tarifas e que é desnecessário reconhecimento de firma para constatação do interesse recursal não foram objeto de impugnação e são suficientes, por si só, a manter a decisão da Corte de origem nesse ponto, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia da Súmula 283 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

Com relação a suposta violação aos arts. 81 e 1.026, §2º, o Tribunal de origem condenou a parte ora embargante em litigância de má-fé em razão da interposição de recurso considerado manifestamente protelatório, *in verbis*:

"Ao cabo, é certo dizer que a embargante, mercê de sua conduta irregular, incidiu em evidente má-fé processual.

É que ela opôs resistência injustificada ao andamento do processo (NCPC, art. 80, IV), bem como interpôs o momentâneo recurso com intuito manifestamente protelatório (NCPC, art. 80, VII), alargando, de maneira desnecessária, o processamento da causa.

Além disso, a rebeldia, a par de estar desprovida de qualquer elemento contundente que pudesse desmerecer o V. Acórdão proferido, está completamente fora da moldura de sua pertinência técnica, a revelar equivocado manejo das regras rituais, intento

com o qual este Colegiado não pode comungar.

Dessa forma, sobrelevada a injustificada deslealdade processual, a embargante deverá pagar a multa de três por cento (3%) sobre o valor corrigido da causa (NCPC, art. 81, primeira parte).

Ante o exposto, REJEITA-SE os embargos, condenando-se a embargante de ofício como litigante de má-fé, a pagar, em favor do embargado, a multa de três por cento (3%) sobre o valor atualizado da causa." (e-STJ, fl. 161)

Inicialmente, tem-se que, à mingua do Tribunal de origem ter aplicado o disposto no art. 81 do CPC/15 com relação à oposição de embargos de declaração considerados protelatórios, há regramento mais específica acerca da matéria, prevista no art. 1.026, §2º do CPC/15, a agravante tem razão em seu pleito.

Observa-se que os embargos de declaração, na espécie, foram opostos com o intuito de sanar eventual omissão e prequestionar dispositivos legais, não havendo que se falar em eventual procrastinação do feito. Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios, razão pela qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal local.

Inclusive, esta Corte de Justiça possui orientação de que a má-fé não pode ser presumida, sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa grave da parte, ou seja, da intenção de obstrução do trâmite regular do processo, nos termos do art. 81 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorreu no caso dos autos.

Assim, *"somente se justifica a aplicação da pena por litigância de má-fé se houver o dolo da parte no entravamento do trâmite processual, manifestado por conduta intencionalmente maliciosa e temerária, inobservado o dever de proceder com lealdade, o que não está presente neste feito"* (REsp 523.490/MA, Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ de 1º/8/2005).

Em especial no tocante a multa imposta por oposição de embargos protelatórios, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AFASTAMENTO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE DA ARREMATACÃO. CARTA DE ARREMATACÃO EXPEDIDA E REGISTRADA NO CARTÓRIO IMOBILIÁRIO. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA.

ART. 486 DO CPC. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL HIPOTECADO EM EXECUÇÃO APARELHADA POR CREDOR QUIROGRAFÁRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ART. 698 DO CPC. INEFICÁCIA DA ARREMATAÇÃO EM RELAÇÃO AO CREDOR HIPOTECÁRIO (ART. 619 DO CPC), E NÃO SUA NULIDADE.

(...)

2. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios não tiveram o propósito manifesto de procrastinar o feito. Aplicação da Súmula n. 98/STJ.

(...)

7. Recursos especiais parcialmente providos."

(REsp 1.219.329/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/4/2014)

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. DESNECESSIDADE DE DOCUMENTO FORMAL PARA ATESTAR A DÍVIDA A SER INSCRITA NOS BANCOS DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AVISO DE RECEBIMENTO DISPENSADO. DESPICIENDA A NOTIFICAÇÃO RELATIVA A INFORMAÇÕES CONSTANTES EM BANCOS DE DADOS PÚBLICOS. NECESSÁRIA A NOTIFICAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO DERIVADA DE INFORMAÇÕES CONSTANTES DO CCF.

1. A multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil exige, para sua imposição, que os embargos de declaração tenham caráter manifestamente protelatório, o que não é o caso em julgamento. Incidência da Súmula 98 do STJ.

(...)

11. Recurso especial a que se dá parcial provimento." (REsp 1033274/MS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 27/09/2013, grifou-se)**

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento parcial ao recurso especial e afastar a imposição da multa por litigância de má-fé, mantendo inalterados os ônus sucumbenciais.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator